

Rio de Janeiro, 21 de março de 2019.

**Sofia Bayerl Pedrini Nunes**

**Código de Manifestação: 195.063.246.349**

**Prezada Senhora,**

Em atenção à vossa manifestação: “**atendimento aos quantitativos dos pedidos de informação a Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011) referente aos anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017**”, foi constituído o Documento TCE-RJ 006.548-5/19, cadastrado no Sistema Informatizado da Ouvidoria – SISOUV.

Todas as Resoluções e Relatórios TCE-RJ serão anexadas ao correio-eletrônico que será enviado em resposta ao questionário.

Questão 1 - Quantidade de pedidos de informação por exercício solicitado.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO  
NÚMEROS DE PEDIDOS CADASTRADOS

ANO	DEFERIDO	INDEFERIDO	TOTAL
2012	10	0	10
2013	16	0	16
2014	54	4	58
2015	69	11	80
2016	73	21	94
2017	52	2	54
TOTAL	274	38	312

FONTE: SCAP (Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos)

Questão 2 - Acerca do andamento da solicitação, por exercício solicitado. (A soma das opções abaixo deve ser a quantidade total da resposta da questão 1):

- ☐ Respondidos dentro do prazo da LAI (20 dias)
- ☐ Parcialmente respondido (Respondido em parte ou após do prazo da LAI)
- ☐ Não respondidos
- ☐ Em trâmite (Em processo de resposta)

Questão 3 - Acerca da solicitação, por exercício solicitado. (Qualificação da solicitação sobre o tema/assunto solicitado, uma solicitação pode atender uma ou mais categorias abaixo):

- ☐ Orçamento/Planejamento
- ☐ Receitas/Despesas orçamentárias
- ☐ Aquisições/Contratos
- ☐ Pessoal
- ☐ Patrimônio Público
- ☐ Custos
- ☐ Gestão Pública
- ☐ Assuntos administrativos
- ☐ Outros Assuntos

**Respostas às 2ª e 3ª questões:**

**Anexamos para o fornecimento das respostas às questões 2 e 3, uma planilha Excel, com todas as Leis de Acesso à Informação (LAI) atendidas pelo TCE-RJ entre 2012 e 2017, que seguirá via correio eletrônico, para que V.S.ª possa extrair todos os dados pertinentes à sua pesquisa.**

**O embasamento legal para o fornecimento das respostas às questões 2 e 3 é abalizada no art. 11, inciso III da Resolução TCE-RJ nº 275 de 25/03/13, transcrito a seguir:**

**“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:**

**(...)**

**III – exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade.”**

Questão 4 - Após a implantação do Serviço de informação ao cidadão exigido pela Lei n° 12.527/2011, o órgão contratou novos servidores para atender a referida lei? Quantos novos servidores? Favor responder por exercício solicitado.

**Resposta 4:**

**Não houve contratações de novos servidores, com tal finalidade específica.**

**Abaixo seguem as Resoluções que fazem menção à estrutura da Ouvidoria do TCE-RJ:**

**Resolução TCE-RJ n° 282 de 29/01/14:**

***Art. 5º A Ouvidoria contará com uma Coordenadoria Geral composta majoritariamente por servidores efetivos do TCE-RJ, indicados pelo Ouvidor.***

***Parágrafo único. Comprovada a necessidade de serviço, o TCE-RJ proverá a Ouvidoria de pessoal adequado ao seu bom funcionamento.***

**Resolução TCE-RJ n° 323 de 21/08/18:**

***Art. 1º Fica criada estrutura orgânica da Ouvidoria do TCE-RJ – OUV.***

***Parágrafo único. Serão cargos da OUV, o CCDAL-1 e o CCDAL-3, em estrutura correlata a de Coordenadoria Geral utilizada no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, sendo o primeiro, o titular e o segundo responsável nos impedimentos do primeiro.***

***Art. 2º Os cargos da OUV serão ocupados exclusivamente por servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ.***

***Art. 3º As alterações na estrutura orgânica do TCE-RJ, em razão desta Resolução serão apresentadas em Boletim Interno e não representarão aumento de despesa.***

Questão 5 - Após a implantação do Serviço de informação ao cidadão exigido pela Lei nº 12.527/2011, o órgão realizou treinamentos, formação ou especialização de servidores sobre a referida lei? Existe programa de capacitação e atualização para os servidores que trabalham com o tema supracitado? Quantos treinamentos foram realizados até o momento? Favor responder por exercício solicitado.

**Resposta 5:**

**Conforme disposto no inciso VII no art. 4º, da Resolução TCE-RJ nº 282 de 29/01/2014, incluem-se dentre as competências do Ouvidor: “propor ações para capacitação dos servidores da Ouvidoria, por meio da participação em cursos e seminários, dentre outros.”.**

**Portanto, todos os servidores da Ouvidoria TCE-RJ participam de atividades de capacitação e atualização.**

**A seguir quantitativo de cursos realizados nos 02 (dois) últimos exercícios:**

**Em 2018 – 09 cursos realizados na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).**

**Em 2019 – 07 cursos realizados na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).**

Questão 6 - Após a implantação do Serviço de informação ao cidadão exigido pela Lei nº 12.527/2011, houve necessidade de criação de um setor para correto atendimento a referida Lei ou o serviço foi incorporado à outra unidade (protocolo, ouvidoria, etc.)?

**Resposta 6:**

**O Serviço de Informação ao Cidadão foi incorporado à Ouvidoria do TCE-RJ, conforme Resoluções TCE-RJ nº 275/13 e nº 276/13.**

Questão 7 - As informações solicitadas, em demanda de transparência passiva, são apuradas exclusivamente pelo setor/unidade responsável pela LAI ou são descentralizadas e diversas unidades colhem informações para responder as demandas? Se forem descentralizadas essas informações coletadas manualmente ou através de sistemas, intranet etc.?

**Resposta 7:**

**As informações requisitadas pelos manifestantes seguem o trâmite disposto nos incisos I e II do art. 12 da Resolução TCE-RJ nº 275/13.**

Questão 8 (foi subdividida a resposta):

8-a) Após a implantação do Serviço de informação ao cidadão exigido pela Lei nº 12.527/2011, um setor/unidade criado ou já existente, é responsável por monitorar a LAI ?

**Resposta à pergunta 8-a:**

**Todas as manifestações referentes à Lei de Acesso a Informação – LAI são cientificadas à Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, na forma do *caput* do artigo 12, da Resolução TCE-RJ nº275 de 25/03/2013 e posteriormente disponibilizadas no Portal da Transparência do TCE-RJ.**

**Resolução TCE-RJ nº 275 de 25/03/2013:**

***“Art. 12- A Presidência do TCE-RJ será cientificada de todos os pedidos de informação apresentados...”.***

8-b) Existe algum tipo de relatório desse monitoramento acerca de transparência passiva?

**Resposta à pergunta 8-b:**

**A consolidação da atuação da Ouvidoria se dá através da elaboração e disponibilização de relatórios trimestrais e anuais de atividades publicadas no site do TCE-RJ.**

Questão 9 - Após a implantação do Serviço de informação ao cidadão exigido pela Lei nº 12.527/2011, o órgão aumentou os investimentos em infraestrutura e /ou tecnologia da informação?

Questão 10 - Após a implantação do Serviço de informação ao cidadão exigido pela Lei nº 12.527/2011, o órgão investiu nas áreas de Gestão de documentos ou Gestão da informação?

**Respostas às questões 9 e 10:**

**Sim. Nos últimos exercícios o TCE-RJ vem adotando diversas medidas para ampliar a transparência e prestar informações mais completas à sociedade. As principais ações adotadas são destacadas nos Relatórios de Atividades Anuais, podendo-se citar, por exemplo, as medidas que constam às fls. 40 a 42 do Relatório de Atividades Anual de 2017.**

Questão 11 - Sobre informações sigilosas: Existe um núcleo de segurança de informação dentro do órgão que decidem quem pode ter acesso a essas informações? Quem ou quais setores tem acesso a essas?

**Resposta 11:**

**A Lei Orgânica do TCE-RJ, além do disposto na Deliberação TCE-RJ nº 266/16, bem como nas Resoluções TCE-RJ nºs 240/04 e 264/10, constituem o atual arcabouço jurídico para tratamento de informações/dados sigilosos.**



Questão 12 - Sobre informações sigilosas: Existe uma formalização quanto à classificação dessas informações? Elas são reclassificadas de alguma forma específica, como por exemplo: ultrassecretas, secretas ou reservadas?.

**Resposta 12:** Tais aspectos estão previstos na Resolução TCE-RJ nº 275 de 25/03/13 (*in verbis*):

**Art. 6º** *As informações e documentos restritos ou sob sigilo poderão, justificadamente, ser classificados em reservados, secretos e ultrassecretos, de acordo com o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou à defesa do Estado.*

**§ 1º** *A classificação referida no caput não exclui a aplicação das demais hipóteses de sigilo previsto em lei, bem como a tutela dos direitos autorais e da propriedade industrial.*

**§ 2º** *A tutela das informações pessoais independe da classificação do documento em que estejam contidas.*

**§ 3º** *Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, contados a partir da sua produção, são:*

*I – documentos reservados: 05 (cinco) anos;*

*II – documentos secretos: 15 (quinze) anos;*

*III – documentos ultrassecretos: 25 (vinte e cinco) anos.*

**§4º.** *O prazo previsto no inciso III do parágrafo terceiro poderá, motivadamente, ser renovado uma única vez.*

**§5º** *Esgotados os prazos definidos no parágrafo terceiro, o documento tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.*

**Art. 7º** *É competente para a classificação do sigilo das informações e documentos:*

*I – no grau ultrassecreto: o Presidente do TCE-RJ;*

*II – no grau secreto: o Presidente do TCE-RJ e os Conselheiros do TCE-RJ, na qualidade de Relatores de processos;*

***III – no grau de reservado: o Presidente do TCE-RJ, os Conselheiros do TCE-RJ, na qualidade de Relatores de processos, o Procurador-Geral do TCE-RJ, no âmbito de suas atribuições, e os titulares de órgãos a que essa atribuição for delegada, no âmbito de suas atribuições.***

***Parágrafo único. As autoridades previstas nos incisos I e II poderão delegar a competência para classificação de documentos ao Procurador-Geral do TCE-RJ, mediante indicação para expedição de Ato Executivo com finalidade específica, vedada a subdelegação.***

(...)

## **SEÇÃO II**

### ***Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas***

***Art. 17. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma de regulamento próprio que disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.***

***Parágrafo único. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação, para aquele que a obteve, de resguardar o sigilo.***